spinformação 67

sindicatos pilares da democracia

A CGTP-IN associa-se à Jornada Mundial de Solidariedade, para exigir o fim das mortes no Mediterrâneo, promovendo uma concentração no dia 19 de junho, às 18 horas, na Rua do Carmo, em Lisboa.
A região converteu-se num local de morte para milhares de seres humanos que tentam encontrar na Europa as condições de vida e de trabalho que lhes são negadas nos países de origem. Esta situação escandalosa tem causas e responsáveis: desde logo, os que promovem os conflitos armados, os que nada fazem para os travar, as políticas e leis europeias e os governos dos Estados-membros, que não permitem nenhum meio de acesso seguro e legal ao território da União Europeia.

SOLIDARIEDADE COM O MEDITERRÂNEO

Região mártir. Os conflitos não resolvidos e as guerras produziram até à data, mais de quatro milhões de refugiados palestinianos, 200 mil refugiados saharauis no deserto argelino, nove milhões de sírios deslocados e refugiados, dois milhões de iraquianos deslocados. O fluxo de homens e mulheres do Afeganistão e da Líbia, as pessoas que morrem de fome na Somália, Eritreia e outros países africanos, aumentam incessantemente há longos anos.
Estes movimentos de populações que tentam sair da pobreza, da insegurança e da devastação da guerra, procurando emprego ou asilo, são uma resposta às desigualdades e desequilíbrios crescentes entre países e continentes, resultantes do imperialismo e militarismo explorador dos trabalhadores, dos povos e dos recursos naturais dos países de origem, onde, para garantir crescentes lucros e domínio geoestratégico, desenvolvem guerras de agressão, ocupações e ingerências.
A participação do movimento sindical unitário é um contributo à luta pelo fim dos conflitos e pela paz na região mediterrânica, por políticas migratórias e de asilo respeitadoras da vida e da dignidade humanas e pela construção de um outro mundo, onde os Direitos Humanos se sobreponham aos interesses económicos e financeiros.

spninformação

Diretora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia
Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina
Colaborador Permanente José Paulo Oliveira
Design Gráfico Ana Alvim · **Fotografia** Henrique Borges· **Impressão** Multiponto, S.A.
Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º · 4050-345 Porto · **Tel.**: 226 070 500 · **Fax**: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** http://www.spn.pt
Tiragem média 15.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal nº** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**
Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

JUNHO, MÊS DE LUTA(S)

[editorial]

Estamos no final de mais um ano letivo – o último desta legislatura. Foram quatro anos de cortes sucessivos no financiamento da educação e da ciência, quatro anos de degradação das condições de vida e de trabalho dos docentes e dos investigadores, dos setores público e privado. Inserida numa estratégia mais global de diminuição continuada do valor do trabalho e de reconfiguração do papel do Estado na economia e na sociedade, a educação é cada vez menos o direito inalienável que todas as convenções reafirmam e cada vez mais o "bem transacionável" de que fala Nuno Crato. E os professores, cada vez menos intelectuais reflexivos e autónomos e cada vez mais funcionários, que se quer obedientes e acríticos.

Num contexto em que à desorçamentação da educação pública se junta a aposta na elitização do sistema de ensino, o agravamento das condições de exercício da profissão docente tem vindo a afetar negativamente a motivação e a realização profissional da classe docente. Exaustos, muitos professores anseiam pelo momento da aposentação, cada vez mais distante. Ora, uma escola com professores desmotivados e exauridos é uma escola sem futuro. É imperioso inverter este caminho!

A poucos meses das eleições legislativas, este é o momento de afirmarmos as razões do nosso descontentamento com as políticas impostas nos últimos anos – à educação e à nossa profissão – e de exigirmos do governo (do atual e do futuro, qualquer que ele seja) medidas concretas que permitam restaurar a confiança dos portugueses na escola e dos professores na sua profissão.

Nesse sentido, a Fenprof propôs à Plataforma de Sindicatos um plano de ação com duas grandes iniciativas a realizar no mês de junho: uma consulta, por voto secreto, em todas as escolas/agrupamentos, sobre o processo de municipalização da educação e uma grande manifestação nacional, a 20 de junho.

Estamos conscientes de que a concretização destas duas ações representa um enorme desafio, num tempo que não é propício a grandes mobilizações. Daí ser gratificante termos conseguido organizar mais de 900 mesas de voto na nossa área de influência, criando condições para que os professores do Norte pudessem tomar posição relativamente a uma matéria da maior relevância para o futuro da Escola Pública e dos seus profissionais. A Direção do SPN agradece a todos os colegas que colaboraram na organização desta consulta, cujo resultado comprova inequivocamente que a esmagadora maioria dos docentes está contra a municipalização. E a mensagem é muito clara: mesmo que o governo insista na assinatura de contratos com uma dezena e meia de municípios, os professores continuarão a combater esta solução e a exigir um debate alargado sobre outros caminhos para a descentralização.

Como professores e como sindicalistas, não nos resignamos com o espírito do tempo. Sabemos que não adianta esperar que as coisas aconteçam, é preciso fazê-las acontecer. E é isso que vamos continuar a fazer, já no dia 20, em Lisboa, (re)afirmando o papel insubstituível dos professores e dos seus sindicatos na construção de um futuro melhor. Como bem escreve Lurdes Figueiral nesta revista: "Que o cansaço não nos vença e nos feche às mudanças necessárias. Esta continua a ser a hora da resistência. Esta é a nossa hora!"

Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN

Norte
EDUCAÇÃO PÚBLICA:
de tod@s e para tod@s

PELA PAZ,

os professores
do norte e o
1º de maio

Todos a Lisboa no dia 20 de junho!

REVERTER A SITUAÇÃO PELA FORÇA DOS PROFESSORES

Porque as soluções para a Educação passam por todos nós, é a partir da demonstração da nossa força que novos caminhos se abrirão e melhores dias virão. Porque somos professores e damos rosto ao futuro!

No estertor de um mandato que ficará para a história como aquele que fez recuar a Educação em Portugal aos tempos de um senhor que usava botas e caiu da cadeira, Nuno Crato deixa um legado tão mau, tão cheio de erros e disparates e tão contundente no ataque à Escola democrática que Abril nos trouxe, que as necessárias e inevitáveis reparações a fazer serão tarefa de monta e necessariamente demorada.

De facto, da implosão do Ministério da Educação, segundo ele necessária, depressa a sua atenção e energia se voltaram para a implosão do sistema educativo português.

Uma coisa importa clarificar desde logo: a crise, nomeadamente a sua vertente económica, não foi mais do que um pretexto para levar por diante todo o arsenal de ideias neoliberais que povoam a cabeça deste inenarrável ministro. De resto, bem conhecidas antes da sua nomeação para o cargo, ainda que alguns, mais generosos, lhe tenham concedido uns meses de benefício da dúvida.

De que se tratava então? De desenvolver até onde pudesse a cartilha neoliberal que tinha na cabeça. Sem nenhuma originalidade, mas com muita eficácia, reconheça-se.

Confrontado com uma situação de que é herdeiro (escolaridade obrigatória de 12 anos), aparentemente, teria pela frente um conceito muito falado nos dias de hoje – educação para todos. Mas o que é isso? Desde quando o neoliberalismo se aproxima sequer de tal conceito?

Se há que manter os alunos na escola até aos 18 anos (que remédio…), então começa-se a separar o trigo do joio logo aos 10. Apontam-se-lhes duas vias desde bem cedo, e um primeiro exame logo aí colocado encarrega-se de ajudar à seleção.

Depois, mais exames. Aos 12 anos, aos 15 e, finalmente, aos 18, a seleção final. Isto se não houver paragens pelo caminho, o que, como se sabe, é o mais provável que aconteça.

Então, a via elitista para o percurso escolar de crianças e jovens estará definitivamente instalada. Esta opção contempla ainda a anacrónica perspetiva de se considerarem umas poucas disciplinas como nobres, e, como tal, mais valorizadas, e as restantes como acessórias, de interesse secundário ou até de interesse nenhum.

Porquê isto? Porque o conceito de Educação como "processo que visa o desenvolvimento harmónico do ser humano nos seus aspetos intelectual, moral e físico e a sua inserção na comunidade" – definição que se retira de qualquer dicionário de língua portuguesa – não faz parte da ideologia dominante.

A escola que Crato e outros senhores querem é aquela que empurre as novas gerações para lutarem pela empregabilidade, expurgada que está a nossa vida social do direito ao emprego, substituído por esta tecnocrática definição, que mais não significa do que aprender a mendigar um emprego, qualquer que ele seja e nas condições em que apareça. Muito mais se poderia inscrever no rol das aberrações, quer pedagógicas, quer profissionais, que polvilham a existência de tal figura enquanto inquilino da Avenida 5 de Outubro. Foram PACCs, foram PETs, foram balbúrdia nos concursos, foram cortes nos salários, no financiamento das escolas, nas bolsas para investigação, em disciplinas dos currículos dos ensinos Básico e Secundário, nas reformas, foram muitas (demasiadas) as tropelias destes senhores. Importa agora relevar, talvez, a faceta mais odiosa desta sanha destrutiva que se instalou no MEC nos últimos quatro anos. Em minha opinião, o mais odioso ficou para a classe docente.

Nunca ninguém tinha ido tão longe no caminho da funcionarização dos professores, da desvirtuação do conteúdo funcional da profissão, do apoucamento da sua imagem social, da anulação das suas margens de autonomia profissional… Enfim, a proletarização da função docente, de que se vem falando há muito tempo, é hoje uma triste realidade.

A imagem dos professores como profissionais reflexivos, autónomos e responsáveis é, hoje, uma miragem distante. O poder não quer que reflitam sobre nada, antes que cumpram sem pestanejar as orientações que lhes chegam. Não lhes concedem quaisquer margens de autonomia, antes os submergem numa miríade de tarefas, de forte pendor administrativo quase todas, que quase nem lhes permitem respirar. Deles espera apenas a responsabilidade de serem obedientes, pois que o jugo disciplinar está aí, quase omnipresente e longe de pactuar com qualquer tipo de rebeldia. Submeter a classe docente e desapossá-la de direitos próprios é também um desígnio do neoliberalismo.

E agora professores? Aqui chegados, o que nos resta fazer? Lutar contra este estado de coisas, romper o silêncio paralisante que nos rodeia, juntar esforços, construir a unidade necessária, sabendo valorizar o essencial e deixando de lado as diferenças que também temos, encontrar o maior denominador comum e falar a uma só voz! Se nos obrigam a "vir para a rua gritar", pois vamos para a rua, e gritemos bem alto, que pulmões ainda temos. Não deixemos para outros o que podemos nós fazer. Não nos resignemos a que outros falem por nós, que nos queiram representar e povoem os seus cadernos eleitorais com promessas que duvidamos que cumpram.

O que é preciso ouvir-se – e bem alto – é a nossa voz, e a Plataforma de Sindicatos dá-nos essa oportunidade no próximo dia 20 de junho. Porque as soluções para a Educação passam por todos nós, professores, é a partir da demonstração da nossa força que novos caminhos se abrirão e melhores dias virão. Porque somos professores e damos rosto ao futuro!

Abel Macedo
direção SPN

O SPN E A MUNICIPALIZAÇÃO

Uma das frentes de luta que o Sindicato dos Professores do Norte elegeu como prioritária foi a municipalização, estando a acompanhar todo este processo desde junho de 2014. Entretanto, reuniu com professores, conselhos gerais, direções de agrupamento/escola, autarcas (vereadores, presidentes e membros de assembleias municipais), sindicatos de pessoal não docente, etc.
Integrando delegações da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), reunimos também com grupos e comissões parlamentares, gabinete do primeiro-ministro, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria de Estado da Administração Local, Secretaria de Estado da Administração Educativa, Conselho das Escolas…
Especificamente na nossa área de intervenção, promovemos reuniões e debates em Boticas, Famalicão, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra e reunimos e divulgámos abundante documentação, nomeadamente, dados da análise evolutiva do processo, tomadas de posição, anexos à contratualização, etc. [informação disponível em www.spn.pt].

Da teimosia à irracionalidade. Neste contexto, em 20 de abril, o SPN promoveu mais uma reunião em Matosinhos, na Escola Augusto Gomes, com a presença de Manuela Mendonça e Mário Nogueira. Foram recordados os diversos momentos de contestação dos educadores/professores matosinhenses, que lutaram "muito e bem", concluindo-se que só a prepotência do vereador da Educação, e o total desrespeito pela posição dos docentes, faz prevalecer o obstinado interesse na continuidade do processo.
No debate, após várias considerações sobre o comportamento reprovável do autarca (pontificado de contradições, promessas quebradas e argumentos falaciosos), foram avançadas várias propostas de luta. Apesar de o "tempo político" se ter esgotado em finais de fevereiro (palavra de vereador), a negociação com o Governo continuou. Os presentes reviram o calendário de ações a desenvolver, envolvendo Assembleia Municipal, a Comissão de Docentes, os Conselhos Gerais e o SPN, e concertaram novas formas de luta: propor aos cinco Conselhos Gerais que votaram contra o envio de uma carta ao ministro da Educação, exigindo a sua não integração no processo de municipalização; desafiar a autarquia para a realização de um referendo aos docentes do concelho; estudar a possibilidade de os membros dos conselhos gerais apresentarem a demissão coletiva, considerando haver alteração das condições em que foram eleitos e uma limitação de competências que deslegitima o seu papel.

De não-assunto a assunto. No caso da Maia, no princípio era o verbo – observar! Segundo a vereadora Marta Peneda, a câmara foi convidada para integrar o projeto inicial, mas rapidamente se percebeu que "não tínhamos, nem temos, estrutura capaz para colocar em prática as responsabilidades em causa", pelo que, confessou em reunião realizada a pedido do SPN (30 março), a municipalização era "um não-assunto", argumento válido, também, para justificar porque não acederam a anteriores pedidos de reunião do SPN.
Não negando a existência de pressões governamentais, e recordando que a autarquia não esteve presente na cerimónia da assinatura de 13 contratos interadministrativos (26 de março), a vereadora admitiu estar a construir uma solução com um dos agrupamentos (Gonçalo Mendes da Maia), deixando antever as vantagens da intervenção ao nível das instalações muito degradadas.
Naturalmente, o SPN quis ouvir os professores do agrupamento, tendo ficado a saber (28 de abril) que o parecer do Conselho Geral foi lavrado nestes termos: "… após análise da versão da proposta de minuta de contrato existente a esta data de vinte e seis de março do corrente ano de 2015, sem acesso aos anexos nela referido, considera existirem vantagens como a requalificação da escola…"

Promova-se um amplo debate. Viana do Castelo também quis debater a municipalização, tendo convidado António Sousa Fernandes (investigador jubilado), que assentou a sua intervenção na ideia de que o processo, dito de descentralização, conduzirá a um reforço da centralização; Manuel António Vitorino (representante dos diretores), que apresentou conclusões fortemente críticas do parecer do Conselho de Escolas; Maria José Guerreiro (vereadora da Educação), que admitiu que o município nunca foi contactado para integrar o projeto; e Davide Dias (do SPN), que defendeu os nossos pontos de vista. Na sessão, que decorreu na Escola de Santa Maria Maior, compareceram professores, diretores, presidentes de conselhos gerais e representantes políticos locais. Denominador comum às diferentes intervenções: a autarquia será um pilar importante num processo de descentralização, mas sozinha não conseguirá assumir as competências que lhe forem atribuídas.

MUNICIPALIZAÇÃO? 'TÁ VISTO QUE NÃO!

Numa consulta realizada em todos os agrupamentos de escolas e em escolas não agrupadas do continente, a Federação Nacional de Professores (Fenprof) e mais sete organizações sindicais docentes auscultaram os educadores e professores sobre a chamada 'municipalização da Educação'.

À pergunta que constava do boletim de voto – concorda com a municipalização da Educação (processo que o Governo está a iniciar em alguns municípios)? –, os docentes responderam com um inequívoco e expressivo "Não" (97,5%).

Aquando do encerramento desta edição, ultimava-se o apuramento de resultados das 2.197 mesas de voto (em destaque) e registavam-se algumas ilações:

- educadores e professores estão claramente contra a municipalização.
- nível de participação confirma que a questão da municipalização é demasiado importante para que os docentes sejam colocados à margem do processo;
- enorme capacidade das organizações sindicais na realização de uma iniciativa que, pela sua dimensão, não tem precedentes no campo educativo;

A realização desta consulta era, ninguém duvidava, uma iniciativa assaz arrojada. Partiu da ideia de que tudo o que diz respeito à Educação diz respeito aos seus profissionais e, portanto, era absolutamente necessário denunciar um processo em que o Governo e algumas autarquias desenvolveram negociações caracterizadas por um vergonhoso, e envergonhado, secretismo.

Um processo em que o primeiro-ministro assumiu, através da sua assessora, que "os professores e as escolas não têm de se pronunciar e só precisam de saber perante quem respondem: até aqui era o Governo, agora passará a ser a Autarquia!" [receção à Fenprof, na residência oficial do primeiro-ministro].

Quando alguns assim pensam, tornava-se imperioso dar voz aos educadores e professores. Era necessário que a consulta chegasse não só aos docentes nos concelhos envolvidos, mas a todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas – sublinha-se: todos. E do ponto de vista organizacional o objetivo foi atingido! A consulta permitiu levar informação sistematizada a todos os docentes do país e possibilitou que, em sufrágio por voto secreto, todos se pudessem pronunciar livremente sobre o processo.

Do ponto de vista político, os resultados apurados a nível nacional permitem afirmar que, num expressivo ato de cidadania, mais de 50 mil educadores e professores recusam inequivocamente a municipalização que o Governo quer concretizar. E para quem tem ignorado os docentes neste processo, ficou clara a sua opinião – um rotundo não.

Numa análise mais detalhada e localizada, o destaque vai para o nível de participação dos docentes (por exemplo, no Agrupamento de Pedrouços, Maia, atingiu 95%), principalmente nos concelhos onde foi anunciada a existência de contratos interadministrativos: em Matosinhos, nos 12 agrupamentos/escolas, votaram 83% dos docentes, dos quais 97% disseram "Não!" – índices arrasadores para uma autarquia que insiste em avançar com o processo, desrespeitando a posição dos docentes e de cinco dos 12 agrupamentos/escolas, cujos conselhos gerais recusaram o projeto.

Perante tais resultados, a Plataforma Sindical dos educadores e professores tem toda a legitimidade para exigir a suspensão do processo de municipalização em curso, considerando ainda que, a quatro meses das eleições legislativas, o Governo não tem qualquer legitimidade política para continuar o processo.

Esta é uma questão que deve ser tratada pelo governo que resultar das próximas eleições e envolver toda a comunidade educativa, numa perspetiva de efetiva descentralização – favorável à descentralização, o Sindicato dos Professores do Norte entende que descentralizar não é municipalizar.

MunicipalizaNÃO	
"Não"	97,5%
"Sim"	1,7%
Brancos	0,57%
Nulos	0,16%

** resultados provisórios*

MAIS DO QUE NUNCA, SOB O SIGNO DA INJUSTIÇA

A fase de candidatura aos concursos interno e externo e de contratação inicial e reserva de recrutamento decorreu entre os dias 9 e 20 de março, tendo as respetivas listas provisórias de ordenação e exclusão sido divulgadas no dia 20 de abril. No momento em que escrevemos, aguarda-se ainda a publicitação das listas definitivas de ordenação e exclusão e das listas de colocação e não colocação. Ou seja, falta o mais importante!

Tal não obsta, infelizmente, a que se possa dizer, desde já, que estes concursos ficarão indelevelmente marcados por gritantes injustiças, em que alguns sairão beneficiados, mas muitos serão fortemente prejudicados. Ainda que de forma sucinta, no número anterior desta revista alertáramos para algumas das situações que agora procuraremos desenvolver e concretizar.

Candidatos dos quadros. Uma dessas injustiças reside no facto de o preenchimento das 1.453 vagas criadas nos quadros de zona pedagógica (QZP) pela Portaria nº 57-C/2015, de 27 de fevereiro, ser feito apenas por candidatos externos, ou seja, não pertencentes aos quadros. A este respeito, lembramos que, inicialmente, a Direção Geral da Administração Educativa (DGAE) informara que tais vagas se destinavam aos candidatos que viessem a preencher as condições estabelecidas na vulgarmente designada "norma travão", prevista no artigo 42º do Decreto-Lei nº 132/2012, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 83-A/2014, que seriam graduados na 1ª prioridade do concurso externo. Condições que, lembramos também, se têm de verificar a 31 de agosto de 2015 e são as seguintes: ter celebrado com o Ministério da Educação e Ciência contratos a termo resolutivo em horário anual e completo, no mesmo grupo de recrutamento, por pelo menos cinco anos. No entanto, a saída das listas ordenadas, ainda que provisórias, permitiu constatar que, na maior parte dos grupos de recrutamento, o número de vagas é substancialmente superior ao número de candidatos que preenchem as condições referidas, sendo 865 os candidatos graduados na 1ª prioridade.

Se já era discutível, no mínimo, que candidatos externos pudessem ser colocados em vagas a que os docentes já pertencentes aos quadros, e por isso candidatos ao concurso interno, não têm acesso – lembramos que a legislação geral da Administração Pública impõe o princípio da prioridade de candidatos internos sobre os externos em todos os procedimentos concursais –, a injustiça reforça-se quando se sabe que mesmo candidatos que não preenchem as condições determinadas pelo MEC para o que este tem apelidado de "vinculação semiautomática" poderão igualmente ocupar tais vagas, ultrapassando todo e qualquer docente dos quadros que nelas pudesse pretender ser colocado.

Ou seja, apesar de neste concurso, e à semelhança do que já aconteceu em tempos, os docentes dos quadros poderem candidatar-se a lugares de QZP, apenas aí podem ser colocados por recuperação de vagas de docentes atualmente de QZP que possam mudar de quadro, seja para outro QZP ou para quadro de agrupamento/escola (QA/QE).

Candidatos externos. Não se pense que são apenas os docentes dos quadros a ter razões de queixa. Também milhares de candidatos externos as têm, neste caso relativamente às condições exigidas,

quer pela inaceitável exigência de prestação do serviço no mesmo grupo, penalizando indiretamente docentes por disporem de mais do que uma qualificação profissional, quer aqueles que lecionam ou lecionaram nos últimos quatro anos nos Açores ou na Madeira, porque os seus contratos não foram celebrados com o MEC, quer, sobretudo, pelo facto de os cinco anos seguidos apenas serem contabilizados a 31 de agosto próximo, quando tantos cumpriram no passado os mesmos cinco ou mais anos, sendo, por isso, imensos os candidatos das 2ª e 3ª prioridades mais graduados do que o último da 1ª.

O levantamento feito pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof) dos dados constantes nas listas de ordenação provisória permitiu constatar que são nada mais nada menos que 20.417 os docentes nestas condições.

Mobilidade interna. Mas os concursos interno e externo não ficam com o exclusivo das injustiças...

Após a divulgação das colocações, seguir-se-á um segundo momento, em que se inclui o concurso de mobilidade interna, também marcado pela injustiça que se concretiza na existência de duas prioridades, a primeira para os candidatos a quem não seja possível atribuir um mínimo de seis horas de componente letiva, a segunda para os candidatos de QA/QE que, apesar de terem horário na sua escola, pretendem, transitoriamente, exercer numa outra.

Ora, muito frequentemente, há candidatos na 1ª prioridade (sobretudo de QZP) muito menos graduados do que outros na 2ª, os quais acabam por não obter colocação, enquanto outros, bem menos graduados, ficam frequentemente à porta de casa. Daí que o Sindicato dos Professores do Norte e a Fenprof defendam que esta fase do concurso decorra com apenas uma prioridade, com todos os candidatos ordenados pela graduação profissional.

Contratação de escola. Infelizmente, e apesar de a Fenprof ter defendido uma significativa alteração da regulamentação dos concursos, ela permanece inalterável, pelo que se mantém também a contratação de escola, que, no caso das escolas-TEIP e com contrato de autonomia, se organiza em bolsas de contratação de escola (BCE). Estas, como é sabido, foram fonte de inúmeros problemas no início do corrente ano escolar, de que o erro na fórmula de graduação dos candidatos foi apenas o mais mediático, em que as múltiplas seleções dos mesmos candidatos e os consequentes enormes atrasos na sua chegada às escolas se revelaram problemas sérios, que não serão eliminados pela correção da fórmula, como não o serão pela alteração e diminuição dos subcritérios a ter em conta na avaliação curricular.

Também aqui sobram motivos para a oposição ao uso da contratação de escola, organizada ou não em BCE, pelo que o SPN e a Fenprof mantêm a intransigente defesa de que as colocações decorram de um concurso nacional assente na graduação profissional, não só por garantir mais justiça, objetividade e transparência, como por constituir o modo mais rápido de responder às necessidades das escolas, como é, aliás, assumido pela própria DGAE.

PET FOR SCHOOLS: RAZÕES DE UMA LUTA

O Ministério da Educação no modo Crato tem a doentia obsessão de aplicar provas de avaliação a tudo o que mexe e de submeter todos os alunos à *examocratia*, desde as mais tenras idades, para que possa ter a certeza de que realmente escolhe os melhores.

Numa escola que pretende estar ao serviço do mercado de trabalho, a língua dos negócios não podia fugir a este desígnio, e foi neste contexto que surgiu, primeiro, o *Key for Schools,* de caráter voluntário, e depois *o PET for Schools,* de caráter obrigatório. Foi essa mudança de natureza da prova que tornou imprescindível a marcação de uma greve a todo o serviço relacionado com a sua realização, entre os dias 6 de abril e 30 de junho, resumidamente justificada com os seguintes argumentos:

- o teste diagnóstico de Inglês do 9º ano/PET foi gradativamente regulamentado por uma série de despachos, entrando com pezinhos de lã e assentando arraiais com botas cardadas; no entanto, nenhum normativo se pode sobrepor e, muito menos, contrariar outros hierarquicamente superiores, tais como o Estatuto da Carreira Docente (ECD);
- as funções inerentes ao cargo de classificador do PET não têm enquadramento legal no ECD – nem no âmbito das tarefas previstas para a componente letiva, nem da componente não letiva – e a prova não faz parte do plano curricular de qualquer nível de ensino, nem do plano anual de atividades;
- é completamente despropositado que, para realizar um teste diagnóstico, se tenha constituído uma Parceria Público-Privada (BPI, Porto Editora, Novabase, GlobeStar Systems, Connexall e a Fundação Bissaya Barreto) e se tenha de comprar o serviço à fábrica de exames da Universidade de Cambridge;
- é inaceitável, também, que o ministério que mais cortes fez no orçamento da Educação financie a atividade desta empresa, como se comprova pelo Decreto-Lei 36/2015: "Durante o ano económico de 2015, o MEC pode efetuar, com recurso ao procedimento de ajuste direto, a despesa relativa à aquisição de serviços para a realização do teste diagnóstico de Inglês e para a emissão de certificado de proficiência linguística";
- é ultrajante a permissão que se dá a uma empresa privada e estrangeira para ditar as normas da realização do teste e para utilizar professores pagos pelo Estado português para, através de ações de formatação, os industriar na aplicação de instrumentos ao serviço da hegemonia mundial de uma língua;
- é humilhante que uma empresa estrangeira, com a conivência do Estado portu-

guês, obrigue professores com licenciatura, mestrado, doutoramento e muitos anos de experiência – que ainda há pouco tempo aplicaram os testes intermédios de Inglês do 11º ano – a sujeitarem-se a uma prova para verificar se são capazes de aplicar um teste diagnóstico do 9º ano;

- é incompreensível que o mesmo ministério que por incompetência atrasou o início do ano letivo e obrigou as escolas a atividades de compensação de milhares de aulas perdidas, promova novamente essa perda de aulas no final do segundo período e início do terceiro;
- é inadmissível que os professores sejam tratados como delegados de propaganda da Cambridge e pressionados para divulgar, angariar alunos ou prestar outros serviços, gratuitamente, a entidades estranhas à sua tutela;
- esta greve só não foi desconvocada porque o MEC não aceitou que a participação neste projeto, à semelhança do que aconteceu no ano passado, se fizesse em regime de voluntariado.

Excessos de zelo. No dia 6 de maio, este processo de luta extravasou os professores de Inglês e estendeu-se a todos os que foram convocados para a vigilância da prova escrita. Muitos tomaram consciência de que o *Cambridge Business* abre a porta a que, futuramente, outros grupos disciplinares se vejam obrigados a realizar tarefas para lá do seu horário de trabalho e sob a batuta de qualquer empresa privada, estrangeira ou não.

Apesar de o Tribunal Arbitral não ter decretado serviços mínimos para a greve a este exame, alguns diretores decretaram serviços máximos, convocando o dobro, o triplo ou o quádruplo dos professores necessários, e até todos os professores da escola. Este excesso de zelo, conjugado, à última hora, com o relaxamento das normas básicas de vigilância, explica o facto de a prova se ter realizado em muitas escolas que tiveram uma elevada participação na greve. Mesmo assim, fazendo fé no próprio IAVE, 6.000 alunos não realizaram a prova e em 2% dos agrupamentos nenhuma sala funcionou.

Perante este despautério, o mesmo IAVE – que, agachado e de cócoras, diz amén a tudo o que Cambridge exige – ordenou aos diretores que dessem tratamento adequado aos professores que se portaram mal, ao mesmo tempo que ofereceu uns trocos aos que demonstrarem mais produtividade.

Não obstante as repetidas e abjetas ameaças e pressões, são muitos os professores que continuam a resistir ao *bullying* dos agentes de Cambridge, provocando o sucessivo adiamento das várias fases da prova e o consecutivo prolongamento do período de greve. Todos eles terão o apoio incondicional do Sindicato dos Professores do Norte contra qualquer retaliação de que sejam alvo, venha ela de onde vier.

GAIA CONVIDOU SPN

O Sindicato dos Professores do Norte respondeu de forma positiva ao convite para participar no VI Encontro Anual de Presidentes dos Conselhos Gerais (CG) de Vila Nova de Gaia. Uma iniciativa que tem merecido destaque pela singularidade de que se reveste – juntar pessoas a pensar a Escola Pública é algo que deve ser exercido em permanência e, por isso, os presidentes dos CG de Gaia estão de parabéns.

A coordenadora do SPN, Manuela Mendonça, teve oportunidade de intervir no debate que se seguiu à intervenção de Licínio Lima sobre a relação entre os CG e os diretores. À tarde, depois da apresentação de um projeto da investigadora Sónia Barbosa, a vereadora Elisa Cidade fez o ponto de situação sobre a reformulação da Carta Educativa e a elaboração do Projeto Educativo Municipal e anunciou que Gaia vai ficar fora da "municipalização proposta por Nuno Crato", apelando ao envolvimento de todos na discussão desta temática.

De referir o excelente apoio logístico e alimentar dos alunos da Escola Secundária Gaia Nascente, onde teve lugar o encontro.

JPS/MJC

MOBILIDADE POR DOENÇA: NOVO DESPACHO, VELHOS PROBLEMAS

1. No dia 8 de maio, foi publicado o Despacho nº 4773/2015, que regulará os procedimentos de mobilidade por motivo de doença para o ano escolar 2015/2016. Com esta publicação, desde logo se verificou algo infelizmente muito comum nos últimos anos. Referimo-nos ao facto de a tutela auscultar os parceiros, mas depois fazer tábua rasa das propostas que estes apresentam. Pelo menos assim costuma suceder com a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), o que mais uma vez se verificou nesta matéria.
Dois exemplos de situações que foram colocadas, há alguns meses, em reunião com um elemento do gabinete do ministro e na qual estiveram também o diretor-geral da DGEstE e a diretora-geral da DGAE – situações que pareceram ter acolhimento, mas que o despacho em causa ignora olimpicamente:
- a Fenprof sugeriu que o futuro despacho enquadrasse expressamente a possibilidade de um docente já a beneficiar desta forma de mobilidade requerer a continuidade da mesma, o que possibilitaria um procedimento simplificado;
- sugeriu, por outro lado, que fosse abandonada a exigência de o docente requerente da deslocação e o ascendente apoiado partilharem o domicílio fiscal, numa interpretação manifestamente redutora da possibilidade de acompanhamento e apoio, que pode, evidentemente, ter lugar não havendo coabitação, desde que as duas residências sejam suficientemente próximas.

2. Apesar da não previsão específica no despacho regulamentador, foi garantido à Fenprof – em reunião realizada na Direção-Geral da Administração Educativa (DGAE) no dia 19 de maio – que a aplicação de requerimento iria conter um campo específico onde se enquadraria a primeira situação; foi igualmente garantido que, mesmo em situação de não coabitação do docente com o ascendente apoiado, não haveria um indeferimento liminar, sendo cada caso analisado individualmente para aferir da razoabilidade do pedido.

Daí que o Sindicato dos Professores do Norte tenha aconselhado que, em caso de cumprimento das restantes condições, os colegas não deixassem de requerer o destacamento, mesmo nos casos em que não exista coabitação com o ascendente. Em situações deste género, deverão os colegas juntar ao processo declaração da Autoridade Tributária relativa ao domicílio fiscal do ascendente e declaração expressa e/ou mapa que refira a distância entre as residências.
De notar, ainda, no processo em causa, a incongruência entre o previsto na legislação relativamente ao prazo em que deve decorrer o processo e o que está a acontecer na realidade. Com efeito, o Despacho 4773/2015 estabelece que todo o procedimento da mobilidade por doença é aberto pela DGAE pelo prazo de 15 dias úteis após anúncio a publicar na respetiva página eletrónica, mas, neste momento, apenas decorre o prazo para preenchimento e impressão do relatório médico, já que não foi ainda facultada a possibilidade de fazer o upload do relatório em causa e demais documentação necessária, desconhecendo-se mesmo quando tal virá a ter lugar.
Se foi estranha a opção de iniciar este processo quando não são ainda conhecidas as colocações resultantes dos concursos interno e externo [ver pág. ??], talvez a divisão dos procedimentos em duas fases vise, precisamente, permitir que aquelas colocações sejam divulgadas, a fim de evitar que haja requerimentos de mobilidade por doença apresentados por quem não venha a necessitar, por ter obtido uma colocação que lhe permita fazer face ao tratamento ou apoio necessários. Se for esta a opção, ainda se compreenderá; o que já não se poderá dizer se o upload de documentos vier a ter lugar antes da divulgação das listas definitivas. Muito mal andará a DGAE se assim vier a acontecer…

SPN REUNIU COM IPP

É lamentável que os docentes do Politécnico do Porto não tenham garantido o clima de estabilidade e serenidade necessário à conclusão dos seus doutoramentos. O SPN irá estudar juridicamente a situação e apela à união solidária dos docentes do IPP.

Uma delegação do Sindicato dos Professores do Norte reuniu, no dia 18 de maio, com os vice-presidentes do Instituto Politécnico do Porto (IPP) Orlando Fernandes, Delminda Lopes e Carlos Ramos. A situação do Ensino Superior foi o tema central da reunião, nomeadamente a proposta do Governo para a criação de consórcios, o modelo de financiamento, a avaliação das unidades de investigação, a avaliação dos docentes e o regime transitório.

Sobre os consórcios, a direção do IPP referiu que, na prática, já mantém vários convénios com diversas instituições e que aguarda a clarificação da tutela sobre este assunto face às observações quer do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCSIP) quer do Conselho de Reitores das Universidades (CRUP).

No que respeita à fórmula de financiamento, informaram que o modelo proposto se traduzirá num aumento da dotação orçamental e que no modelo atualmente em vigor, baseado na dotação histórica, o IPP é altamente prejudicado face ao número de alunos e também no que concerne à dotação para a Ação Social, cuja capitação é bastante inferior à de outras instituições de Ensino Superior.

Apesar de as unidades de investigação do IPP não terem passado à segunda fase do concurso para financiamento, a direção espera que a situação venha ser corrigida, quer do ponto de vista do financiamento, quer do ponto de vista do reconhecimento do valor científico das suas unidades.

A avaliação dos docentes ainda não foi realizada, estando em fase de conclusão os regulamentos de algumas das escolas do universo IPP.

Por último, a delegação do SPN questionou o IPP sobre a situação contratual dos seus docentes, nomeadamente daqueles que ainda não concluíram o doutoramento, estando ou não ao abrigo do regime transitório. O IPP informou das dificuldades de lançamento de novos concursos, dadas as restrições à contratação impostas pelo Governo. O SPN chamou a atenção para o facto de esses docentes serem fundamentais à instituição, contribuindo para a sua afirmação pedagógica e científica e, por isso mesmo, merecerem um esforço para a resolução dos problemas associados ao seu regime contratual; o seu esforço e dedicação merecem do IPP uma atitude pública de defesa dos seus direitos.

Regime transitório. Em relação aos docentes abrangidos pelo regime transitório, o vice-presidente Carlos Ramos informou que seriam analisados caso a caso (em junho), no sentido de determinar a possibilidade de alargamento do prazo de entrega das dissertações e ou de realização das provas públicas. A delegação do SPN chamou a atenção para a pressão a que estes docentes estão sujeitos para terminarem os seus doutoramentos e que a comunicação de alargamento de prazos, mês a mês, prejudica a serenidade que a conclusão de um doutoramento exige. Carlos Ramos reiterou, por diversas vezes, que não pretendia alargar os prazos, pois os docentes tenderiam a adiar a conclusão se tivessem conhecimento com antecedência do alargamento desses mesmos prazos. Mesmo no que respeita à discussão pública das dissertações, informou que seria dado um prazo de, possivelmente, dois meses. Argumentou a delegação do SPN que a discussão pública está para além do controlo dos docentes e que, por essa razão, não deveriam ser prejudicados por razões às quais são totalmente alheios.

Por fim, o SPN chamou a atenção para o facto de as diversas escolas do IPP estarem a ter interpretações diversas do regime transitório, ao que os vice-presidentes responderam que tal se enquadrava na autonomia de cada unidade orgânica. Argumentou o SPN que não era razoável, ou sequer legalmente admissível, que uma mesma instituição (IPP) albergasse interpretações diversas de acordo com cada escola, pois tal se traduziria num tratamento desigual a docentes da mesma instituição.

O SPN lamenta que os docentes do IPP não vejam garantido o clima de estabilidade e serenidade necessário à conclusão dos seus doutoramentos. O SPN irá estudar juridicamente a situação destes docentes e apela, por essa razão, à união solidária dos docentes do IPP, solicitando aos que assim o entendam que lhe façam chegar o relato dos respetivos processos individuais.

COM O RIGOR ME ENGANAS

"O exame torna-se um objetivo, o que vem para o exame um programa, o ensino de matéria para o exame um método."
[Hans Freudenthal, 1905-1990]

Nunca como agora esta observação do matemático holandês Hans Freudenthal me pareceu descrever tão claramente o risco que corremos nas nossas práticas letivas. Estamos sitiados pela conhecida obsessão de Nuno Crato pelos exames que nos invadiu. Aquela obsessão – ignorância ou intencionalidade ideológica, fica-me sempre a dúvida – que, em nome do rigor com que nos tem matraqueado e a par com outras medidas assassinas de uma educação de qualidade (currículos absurdos impostos apressadamente, aumento do número de alunos por turma e de trabalho letivo e não letivo dos professores, sujeitos a uma pressão e dispersão que impede a disponibilidade e a proximidade que a tarefa educativa exige), está a destruir o persistente trabalho que temos vindo a fazer no nosso país democrático, com lentos (como o que é mais relevante em educação), mas consistentes passos cujos resultados positivos iam emergindo à nossa volta.
Os exames – para utilizar o termo com que de uma maneira geral identificamos qualquer prova de avaliação externa dos alunos – são um instrumento regulador e seletivo de um sistema educativo, mais na sua dimensão social do que pedagógica. Parto do princípio, não consensual, mas que vou aqui aceitar, que a realização deste tipo de provas no final de um período de ensino cumpre estas funções, embora me custe a aceitar que, no final do Ensino Básico, apenas e sempre a Matemática e o Português sirvam este papel seletivo. Mas exames nos 4º e 6º anos, que não concluem nenhuma etapa de ensino completa, porquê e para quê?

Sejamos claros: estas provas não são um instrumento de avaliação adequado para dar indicações aos professores, alunos e encarregados de educação sobre as aprendizagens e as dificuldades de cada aluno; não avaliam as aprendizagens dos alunos de forma completa, privilegiam aprendizagens que incidem num conjunto de capacidades e conhecimentos muito restritos e centradas em aspetos mensuráveis.

Treino intensivo. No caso do 1º Ciclo, introduzem uma escala numérica de avaliação contínua em Matemática e Português, desfasada da avaliação própria deste ciclo de ensino, predominantemente qualitativa. Tendem a induzir práticas de trabalho de sala de aula focadas no treino para os exames, com prejuízo de outras aprendizagens mais profundas e estruturantes, e distorcem o conjunto do currículo, passando a Matemática e o Português a ter um peso desproporcionado na aula e fora dela, à medida que se aproxima a realização destas provas, mas também cada vez mais cedo, espalhando-se este efeito perverso aos primeiros anos de aprendizagem.
Além disso, com a sua calendarização absurda, diminuem a duração do ano letivo, obrigando os professores a lecionar precipitadamente temas e itens que estão previstos para outra temporização e introduzem um conceito de *recuperação* baseado num treino intensivo e dirigido, com diminuta recuperação em termos de aprendizagem, apenas proporcionando uma segunda oportunidade para ultrapassar um obstáculo que não deveria sequer ter existido.
Acrescente-se que estas provas não são necessárias para avaliar o sistema (há outros instrumentos mais adequados, como as provas de aferição, por exemplo), nem introduzem nele maior rigor e exigência, antes pervertem as principais finalidades do ensino nestes níveis de escolaridade, provocando ainda uma grande perturbação no funcionamento das escolas, das vidas de alunos, professores e famílias e acarretando gastos acrescidos que poderiam ser aplicados em medidas que ajudem a apoiar os alunos nas suas dificuldades e nas suas capacidades.

Modelo falido. No entanto, os exames aí estão, e rapidamente se tornaram numa evidência inquestionável. A comunicação social fala deles como se a sua ocorrência fosse normal, não dando a necessária ênfase à perspetiva das ciências da Educação e ao que a investigação nesta área tem apontado. Os pais, embora preocupados com as manifestações de ansiedade cada vez mais precoce dos filhos, e reconhecendo que eles não têm tempo para ser crianças, parecem aceitá-los como uma inevitabilidade – e não são raros os comentários do tipo *eu também os fiz e não me fizeram mal nenhum*, como se a ida ao exame do 4º ou do 6º anos de hoje fosse comparável ao que acontecia há 50 anos.

De facto, passaram quase 50 anos desde a existência dos exames da 4ª classe, e mais ainda dos de admissão ao liceu e à escola técnica. Por isso, os pais destas crianças não fizeram, certamente, exame da 4ª classe no tempo em que aí terminava o ensino obrigatório e se faziam escolhas (alguns, poucos, podiam fazer) quanto a possíveis futuros percursos escolares. Vive-se de uma memória coletiva de tal forma ainda impregnada em nós que abdicamos, de repente, de conquistas e evoluções arduamente construídas, para abraçarmos acriticamente modelos antigos, modelos falidos.

Cabe-nos resistir. Estas provas têm pouco peso na avaliação dos alunos, embora possam determinar reprovações, que normalmente não deveriam existir. Até nisto são uma falácia! De facto, servem para nada… Mas têm efeitos perversos, ao inverterem o sentido do ensino, da aprendizagem, da escola, e ao introduzirem fatores injustificáveis de discriminação e seleção que tenderão a abrir a porta a percursos alternativos precocemente instituídos. Não existem, nestes níveis de ensino, na generalidade dos países com quem partilhamos uma cultura educativa, conquanto a expansão do ultraliberalismo esteja a mostrar que medidas como esta estão a ser equacionadas noutros países europeus.

A nós, professores, cabe-nos resistir. Por muito hostil que seja a nossa situação enquanto profissionais, a nossa preparação, a nossa reflexão, possibilitam-nos instrumentos para exercermos a nossa autonomia pedagógica com qualidade, educando pessoas e não treinando massas acríticas e reprodutivas de um qualquer sistema. Apesar de todas as impossibilidades que nos criaram, apesar de estarmos absorvidos e consumidos por condições profissionais com que cada vez mais nos querem minar a possibilidade de um trabalho pessoal e conjunto de estudo, de reflexão, de partilha, nós somos uma classe privilegiada pela essência do seu trabalho: acompanhar crianças e jovens no seu processo formativo, dando-lhes o poder do saber e do querer saber. Apesar de todos os entraves com que permanentemente nos assediam, esta continua a ser a nossa tarefa. Que o cansaço não nos vença e não nos feche às mudanças necessárias! Esta continua a ser a hora da resistência! Esta é a nossa hora!

Lurdes Figueiral
presidente da direção da Associação de Professores de Matemática

PRENDA DE MAIO No **1º de Maio** foi inaugurado na sede do SPN um painel (2x5m) concebido e oferecido ao SPN pelo artista plástico **Alberto Péssimo** – pseudónimo do sócio Carlos Dias. Natural da Ilha de Moçambique, veio para Portugal com os pais, em 1961, e foram viver para Benfeita. Formou-se em Artes Plásticas na Escola Superior de Belas-Artes do Porto e, desde 1980, é **professor no Colégio dos Órfãos**, nas áreas das Artes Visuais e Tecnologias, História

das Artes Gráficas e Expressão Dramática. Carlos Dias utiliza os pseudónimos *Carlos da Capela* (atividade literária) e *Alberto Péssimo* (artes plásticas) e os amigos de infância tratam-no por *Cardoso*, heterónimo que lhe vem da escola primária. Como pintor, Alberto Péssimo tem uma vasta obra, com inúmeras participações em exposições individuais e coletivas, bem como intervenções noutras áreas, como cenografias para cinema, teatro e televisão.

SINDICALISMO, PILAR DA DEMOCRACIA

1. A conjuntura histórica que o mundo e Portugal atravessam exige ao movimento sindical uma ponderada e profunda reflexão acompanhada de uma firme e ampla acção contra o pensamento único, contra o "fim" da história, das ideologias, da luta de classes, e também contra a ideia de que o futuro já está inexoravelmente fixado e definido pelas regras do modelo capitalista neoliberal de crescente centralização do capital e de mundialização da economia sob a égide das empresas multinacionais e transnacionais.

2. De outro ângulo, pode-se afirmar que a nova ordem mundial caracteriza-se pela expansão da pobreza humana, por agressivos e nefastos ataques ao ambiente, cuja degradação é já extremamente preocupante, pela agressão às mulheres nos seus mais essenciais direitos, pelo fomento do racismo e o incremento dos conflitos étnicos e pelo aprofundamento das desigualdades sociais.
Num tempo em que o desenvolvimento científico, técnico, tecnológico e dos meios de comunicação deveriam abrir as portas a uma sociedade de um bem-estar mais ou menos generalizado, assiste-se, pelo contrário, à "globalização da pobreza".

3. O sindicalismo assume plenamente o seu papel de sujeito activo na luta contra um contexto histórico e político-social terrivelmente adverso a um progresso harmonioso da sociedade e em prol da construção de uma democracia política, económica, social e cultural.
Luta que passa por uma leitura crítica e largamente partilhada da circunstância histórica em que vivemos, caracterizada, entre outros aspectos, pela diluição da identidade profissional, pela degradação dos valores humanistas, pelo crescimento de um forte individualismo sem princípios, pela destruição do Estado Social, pelo crescimento de um populismo político de direita que atrai muitos incautos e é ajudado por alguns marginais, que, fingindo-se democratas, não desempenham outro papel que não seja o de denegrir e caluniar organizações sindicais que têm um apoio significativamente maioritário dos seus associados.

4. A edificação do futuro não é uma construção atomizada nem um processo cujo resultado é a soma de parcelas distintas, antes defende que esse projecto seja assumido colectivamente, mas isso não implica que o sindicalismo docente veja esbatidos os seus próprios objectivos. Do que se trata é de não restringir o sindicalismo docente à área da educação e do ensino e de não confinar os seus propósitos tão só ao âmbito socioprofissional de educadores e professores.
Contudo, não é possível desenvolver um sindicalismo docente com resultados se não se tiver em conta a profunda mudança operada na Escola nos últimos anos, com o aumento da indisciplina, o aparecimento da violência, o desinteresse pelo estudo por parte dos alunos, a indiferença pelo conhecimento, a diminuição da leitura de livros e revistas pelos discentes, a desmotivação dos professores, a perda do seu prestígio social, a deterioração do diálogo, o crescimento do individualismo e da passividade.
Esta realidade de tons mais ou menos carregados exige que os sindicatos de professores encontrem as estratégias adequadas para produzir as mudanças que levem à dinamização colectiva das escolas, de modo a que todos os actores (discentes, docentes e não docentes) sejam peças indispensáveis na construção de uma Escola democrática e onde todos se realizem pessoal e colectivamente – condição indispensável para que o país goze de um futuro melhor do que este sombrio presente.

5. Tal desiderato exige um sindicalismo centrado nas escolas, atento a todos os contextos que as definem e às exigências que sobre elas recaem, tantas e de tão diversas ordens que muitas vezes se pergunta quais são as grandes finalidades que a Escola persegue.
Esta indefinição, este exercício da profissão num horizonte de objectivos difusamente definidos, gera processos de angústia e de precoce desgaste em muitos docentes esmagados pela panóplia de obrigações que a sociedade despeja sobre eles. Sujeitos mais desamparados do que outrora, porque a Escola deixou de impor o seu modelo de cultura, sobrepujado pela infindável rede de conhecimentos e informações

Walter Benjamin:
"Nós habitamos o mundo e o mundo é a nossa tarefa."
E nós cá estamos para ajudar a transformá-lo.

que a internet e a televisão facultam às crianças e aos jovens, cada dia mais dependentes de incontáveis programas televisivos postos à sua disposição por um assinalável número de canais.
E assim temos os parâmetros da emoção a sobreporem-se aos da racionalidade e ao esforço de análise e interpretação que os textos dos livros suscitavam. De outro modo: a realidade actual mostra-nos uma Escola que fomenta a passividade e o individualismo, olhada por muitos como uma via para o desemprego, ónus que tomba, em última instância, sobre a cabeça dos docentes, de forma totalmente injusta porque as escolas não podem dar empregos se a sociedade e as políticas governamentais os não gerarem.

6. Esta situação, para ser mudada para melhor, obriga a que todos se empenhem, individualmente e em equipa, nesse combate, com a clara certeza de que o Governo não dá nada – tudo tem que se conquistar – e o Ministério da Educação ainda dá menos. Alguém disse um dia, algures, que se o Ministério da Educação fosse um relógio nem horas dava.

Deste modo, devemos apostar num sindicalismo que promova condutas em que a equipa seja factor de sucesso e não o indivíduo. De outra maneira, poderia dizer que são os professores a substância do sindicalismo que defendo e não a individualidade do dirigente.

7. O sindicalismo que preconizo precisa de respirar à luz do dia, precisa de ver alargada a participação dos docentes, precisa de estimular o confronto de ideias em climas fraternos e de mútuo respeito, precisa de atrair os jovens educadores e professores e com eles renovar-se e inovar, precisa de fomentar uma cuidada política de formação de quadros, porque a luta sindical é hoje extremamente complexa e só pode alcançar resultados positivos se os actores que a dinamizam estiverem solidamente apetrechados em múltiplos aspectos e não só na vertente profissional.

8. Qualquer programa de acção desenvolve-se também na convicção de que a luta sindical é uma luta muito exigente, que implica uma grande persistência, a preservação de regras democráticas, a coerência de atitudes, a fidelidade a princípios, o esforço permanente com vista ao alargamento da unidade e ao reforço da coesão, tudo isto, porque as vitórias jamais surgem à mão de semear, exigem trabalho, por vezes de anos, e uma indestrutível capacidade de resistência. Há momentos, aliás, em que resistir é já vencer. Um dia escrevemos que os professores dão rosto ao futuro, na substantiva convicção de que essa construção árdua, complexa e, por vezes, áspera exige que a profissão docente seja valorizada, reconhecida e estimulada, de modo a tornar-se mais atractiva para todos quantos nela trabalham. Desígnio que deve orientar a acção de todos os activistas sindiciais.

9. Esta saudação encerra, no seu avesso, de forma integralmente assumida, a condenação de todas as políticas educativas que têm iniquamente postergado o papel dos professores, muitas vezes nem sequer os ouvindo, numa atitude de intolerável menosprezo, e criado e mantido condições de trabalho demasiado precárias para permitirem um salto positivo na qualidade da Educação e do ensino.
Neste dia 1º de Maio, apelo a todos os educadores e professores para que jamais renunciem à caminhada em direcção à edificação de uma sociedade plenamente democrática e à construção de uma Escola da mais alta qualidade para todos. Ninguém se deverá sentir solitário. É imperioso que cada docente e cada activista sindical se sinta um ser solidário e assim se reforce o sindicalismo docente, impulsionado também pela certeza de que nas nossas mãos estão as chaves que poderão abrir as portas da esperança e do futuro às gerações que depois de nós vierem.
Não esquecemos o que escreveu Walter Benjamin: *Nós habitamos o mundo e o mundo é a nossa tarefa.* E nós cá estamos para ajudar a transformá-lo.

Paulo Sucena

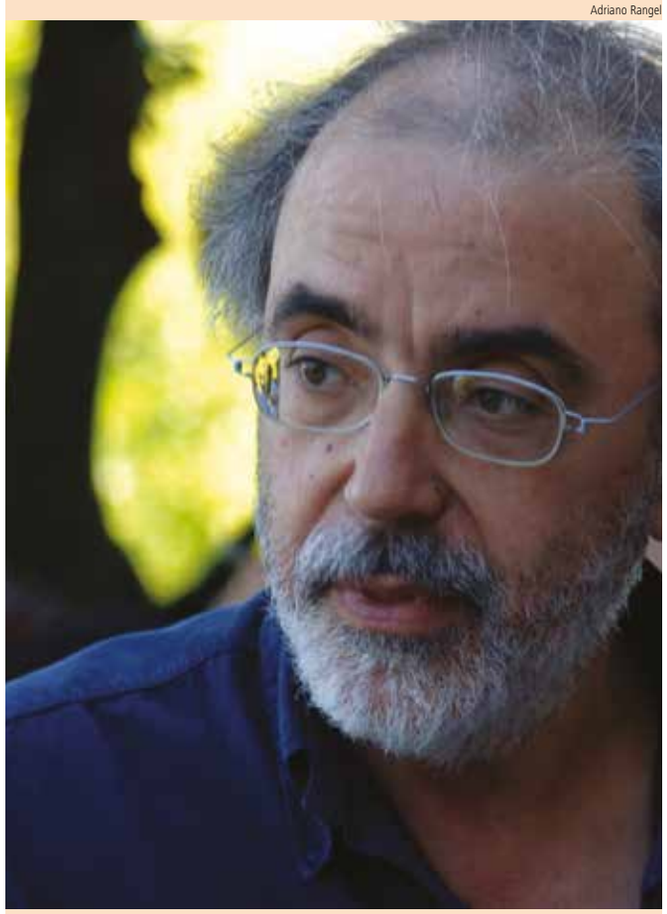
PROFESSORES DO NORTE NO 1º DE MAIO

Depois da manifestação promovida pela União de Sindicatos do Porto, fustigada por fortes aguaceiros, teve lugar na sede do Sindicato dos Professores do Norte uma iniciativa de grande significado e valor simbólico.

Dedicada ao sindicalismo e aos sindicalistas, a sessão foi aberta pela coordenadora do sindicato, Manuela Mendonça, que agradeceu a presença de todos e em breves palavras fez o enquadramento da iniciativa. "O 1º de Maio é um dia importante para o movimento sindical e para aqueles que representa, mas também para todos os que defendem uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. Por isso, neste Dia do Trabalhador, queremos reafirmar os valores do sindicalismo e a importância dos sindicalistas, prestando particular tributo a um deles", Adriano Teixeira de Sousa. Antes de passar a palavra a Paulo Sucena, "um grande sindicalista e um amigo do SPN", Manuela Mendonça saudou, ainda, os funcionários e colaboradores do sindicato, expressando o apreço da direção pelo seu trabalho, muitas vezes invisível, mas absolutamente determinante para a ação que o SPN desenvolve.

Após saudação aos sindicalistas feita por Paulo Sucena [pág. 18] e atribuição do nome *Sala Adriano Teixeira de Sousa* ao auditório do SPN, a sessão prosseguiu com um momento musical protagonizado pelo grupo *Fado Polaco* – liderado por João Sousa, filho do homenageado radicado na Polónia – e terminou num animado lanche-convívio.

Adriano Rangel



SALA ADRIANO TEIXEIRA DE SOUSA. A ideia de atribuir o nome do Adriano Teixeira de Sousa a esta sala foi apresentada à direção do Sindicato dos Professores do Norte por um grupo de colegas 'vinculados com habilitação suficiente' – frente de trabalho que ele acompanhou e que, ao fim de muitos anos de luta persistente, acabou por alcançar desenvolvimentos positivos. O tempo foi passando e a concretização da ideia foi sendo adiada, até que este ano decidimos integrar a proposta no Plano de Atividades para 2015, aprovado em Assembleia Geral de Sócios no mês de dezembro.

O SPN é uma construção partilhada por homens e mulheres, cada um e cada uma deixando a sua marca. Para muitos de nós, o Adriano – que hoje faria 60 anos – é uma referência ética de forma de estar na vida e de fazer sindicalismo. Uma referência que permanece viva na nossa memória coletiva e no trabalho que desenvolvemos neste tempo difícil que atravessamos.

Dissemo-lo várias vezes: o Adriano era o melhor de todos nós. Mas valorizando o sindicato como construção coletiva, como o Adriano o valorizava, queremos hoje, através dele, homenagear todos os que, com o seu trabalho e empenho, deram um contributo decisivo para a criação e afirmação do SPN e na luta dos professores por uma profissão valorizada e por uma Escola Pública digna de uma sociedade verdadeiramente democrática. (Manuela Mendonça)

SÓCIOS DO SPN APROVARAM RELATÓRIO E CONTAS

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no passado dia 14 de abril, os sócios do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) aprovaram o relatório de atividades e contas de 2014. De alguma maneira, o relatório é sintomático da situação em que o Governo se prepara para deixar o país – ou em que o país se prepara para deixar o Governo.

No início de 2014, o Governo afirmava até à exaustão que o país estava melhor. Melhor em quê? Perguntavam os portugueses. Melhor para quem? Perguntou o SPN.

Se o país estava melhor, porquê a política de austeridade e empobrecimento? Porquê a manutenção dos cortes salariais e o enorme aumento de impostos? Porquê o roubo aos trabalhadores da Administração Pública? Porquê manter o congelamento na progressão das carreiras?

Se o país estava melhor, porque aumentou a pobreza? Porque se manteve a taxa de desemprego em níveis inaceitáveis? Porque não melhoraram as condições de trabalho?

Enfim, se o país estava melhor, porque é que o Orçamento de Estado ditava novos cortes no financiamento público das escolas públicas? Porque é que a "reforma" do Estado se apressava a desmantelar o Estado Social?

Reivindicação e luta. Os trabalhadores no ativo, mas também os aposentados, viam-se perante um novo ataque aos seus direitos. E se dúvidas houvesse, o recibo relativo às renumerações de janeiro viria confirmar que continuariam a ser os trabalhadores da Administração Pública – em particular os docentes e investigadores – a pagar a crise.

Estava encontrado o mote para mais um ano intenso de reivindicação e luta.

Uma concentração de docentes e investigadores do Ensino Superior e outra de professores aposentados junto à residência oficial do primeiro-ministro marcam o início do ano civil. Outras manifestações e concentrações se seguiriam, envolvendo milhares de trabalhadores, e para as quais o SPN deu o seu contributo, quer tomando a iniciativa, quer no âmbito do movimento sindical unitário.

O Dia Nacional de Luta marca o início de fevereiro, que encerra com uma marcha contra o desemprego e uma concentração junto ao MEC, para entrega de um abaixo-assinado em defesa da Escola Pública de Qualidade. Seguem-se manifestações da Administração Pública (14 de março) e da CGTP (8 de abril), e outras duas teriam lugar em julho.

O Dia Mundial do Professor (5 de outubro) foi comemorado com uma manifestação em Lisboa, por iniciativa da Plataforma de Sindicatos. O mês terminaria com nova manifestação, desta vez contra o Orçamento de Estado/2015, e o SPN participa, ainda, a 21-22 de novembro na marcha nacional Por uma política de esquerda e soberana. Em dezembro, greve ao serviço relacionado com a Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (PACC).

Dinamização sindical. Parte fundamental do trabalho dos dirigentes do SPN é a dinamização sindical nas escolas. Durante 2014, foram muitas as reuniões sindicais realizadas em agrupamentos e centros escolares, assim como as visitas às escolas e contactos com ativistas sindicais. Por outro lado, a necessidade de concertação da ação implica a realização de reuniões internas – Corpos Gerentes, Comissão Executiva, direções distritais, departamentos ou frentes de trabalho, assembleias de delegados e de ativistas – que se interligam com as da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), das uniões de sindicatos e da CGTP.

Um mar de problemas. No campo educativo, foram múltiplos os problemas surgidos desde o início do ano. O MEC bate recordes ao atingir o meio milhar de condenações (haveria de chegar às 700) por recusar pagar a compensação por caducidade de contratos de docentes e, com a aplicação do teste de Cambridge, promove os docentes a delegados de propaganda ao serviço de uma entidade privada. A Fenprof duvida que os Centros de Qualificação e Ensino Profissional sejam solução de qualidade para a Educação e formação ao longo da vida. Considera inaceitável que a revisão do regime de formação inicial dos professores e educadores tenha sido discutida e aprovada sem que os sindicatos tivessem sido envolvidos no debate – para o qual nem o parecer do CNE foi tido nem achado. Promove o debate sobre a situação a que as políticas governamentais conduziram o setor da Ciência e da Investigação. Reúne com a Autoridade para as Condições de Trabalho, a propósito dos horários de trabalho letivo praticados por inúmeros estabelecimentos de ensino particular e cooperativo. Participa na Semana de Ação Global pela Educação Inclusiva – iniciativa conjunta com a Comissão Nacional dos Organismos de Deficientes e a Associação Portuguesa de Deficientes.

Entretanto, por intimação judicial, o MEC foi obrigado a enviar aos sindicatos a listagem de escolas onde existe amianto e a esclarecer sobre as ações de informação junto das respetivas comunidades escolares, incluindo a calendarização da remoção.

1ºCEB e Pré-Escolar. Na sequência do debate realizado nos sindicatos da Fenprof e nas respetivas escolas, a 4ª Conferência Nacional do 1º Ciclo do Ensino Básico – (Re)Pensar a Escola, Dig-

>>>

nificar o Professor, Respeitar a Criança – constituiu um importante e decisivo momento de reflexão sobre os problemas do setor, numa perspetiva de presente e, tanto quanto possível, de futuro.
Mais de 250 delegados debateram e apresentaram propostas sobre temas: condições de trabalho, horários, rede escolar, competências dos municípios, currículos, constituição de turmas, apoios a alunos com necessidades educativas especiais, salários, estabilidade do corpo docente, aposentação dos professores…
As conclusões, vertidas numa resolução e num caderno reivindicativo, foram apresentadas publicamente, em conferência de imprensa, e, em audiências solicitadas para o efeito, ao Conselho Nacional de Educação, à Comissão Parlamentar de Educação e ao MEC – reunião com o secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário e o subdiretor geral da Educação.
Em junho, o setor conheceu novo processo de encerramento de escolas (mais 311) e, em setembro, o SPN e a Fenprof propuseram um debate público sobre o modelo de lecionação e o regime de docência no 1ºCEB.
O MEC propôs, e entretanto concretizou, a criação de um grupo de recrutamento e lecionação específico para o Inglês, defendendo que tal não deve ser atribuído ao professor titular de turma.
Relativamente à Educação Pré-Escolar, dezembro foi mês de intensa reflexão e análise, com vista à elaboração dos documentos que estariam em discussão no Encontro Nacional de Quadros e Dirigentes do setor, a realizar em janeiro de 2015 – avaliação, culturas curriculares e articulação com o 1ºCEB, foram alguns dos assuntos tratados.

Abril, 40 anos. No âmbito das comemorações dos 40 anos de Abril, o SPN promoveu várias iniciativas:
- tertúlia Revisitar Abril 40 anos depois, com um dos operacionais do MFA, almirante Martins Guerreiro;
- publicação de um destacável na revista «SPN/Informação», com o poema "As portas que Abril abriu", de Ary dos Santos, e ilustrações originais do artista plástico Alberto Péssimo (professor e sócio do SPN);
- produção de um *slideshow* documental sobre a evolução da Educação e o papel dos sindicatos ao longo destes 40 anos;
- conferências Professores e Sindicalismo Docente na Construção da Escola de Abril, em Santa Maria da Feira, e Inclusão: da Escola à Sociedade, em S. João da Madeira;
- ceia de confraternização da comunidade educativa de Amarante, com a presença de um grupo de cantares constituído por professores e pessoal auxiliar;
- sessão pública em Viana do Castelo, com Licínio Lima, onde foi prestada homenagem a Eduardo Calvet de Magalhães.

Em maio, 40 Anos, Abril e Maio de Novo com a Força do Povo" foi o lema das comemorações do Dia Mundial do Trabalhador.

Formação de quadros. No plano de atividades para 2014 lia-se que "assume uma importância acrescida a formação sindical, orientada para a formação de quadros, já que a intervenção dos dirigentes e delegados sindicais é fundamental para esclarecer, mobilizar e dar um sentido positivo à ação coletiva dos professores". Embora este plano de formação tenha sido iniciado no ano anterior, em 2014 conheceu uma efetiva implementação com a realização do curso de formação Sindicalismo no Século XXI: Desafios, Contradições e Oportunidades em Penafiel, Porto, Guimarães, Viana do Castelo e Monção, envolveu dezenas de associados.
Eleições sindicais. Em maio, decorreu o processo eleitoral dos Corpos Gerentes do SPN para o triénio 2014/2017. Os eleitos tomaram posse em junho.
Apresentaram-se duas candidaturas a todos os órgãos. A Lista S ganhou a Mesa da Assembleia-Geral, o Conselho Fiscal e de Jurisdição, a Direção e as direções distritais – exceto Aveiro/Norte, onde ganhou a Lista A.

Problemas agravam-se. Ao longo de 2014 foram surgindo novas questões a dirimir: a vinculação em concurso externo extraordinário para as escolas especializadas de Ensino Artístico; a organização do ano letivo seguinte, sem qualquer negociação; o regime de seleção, recrutamento e mobilidade do pessoal docente, com implicações nos concursos. Em junho foi o Ensino Superior a entrar na liça, com a Fenprof a apresentar uma proposta que visava garantir, simultaneamente, a estabilidade de emprego e condições de aquisição de habilitações de referência para as carreiras do ensino universitário e politécnico e da investigação científica. Mais tarde, foi exigida ao Governo a reposição de 42 milhões de euros indevidamente cortados nos orçamentos iniciais para 2014 e o reforço dos orçamentos das instituições de Ensino Superior em cerca de 88 milhões, para cumprimento da decisão de inconstitucionalidade dos cortes salariais.

Ainda em junho, a Tabela Remuneratória Única foi objeto de discussão no Ministério das Finanças e da Provedoria de Justiça obtém-se a garantia de que o MEC reposicionaria no índice 272 os docentes do 245 com tempo de serviço superior a cinco anos e inferior a seis, com pagamento de retroativos desde julho de 2010.

PAAC. Quatro dias de antecedência chegam para anunciar a realização da chamada prova de avaliação de conhecimentos e capacidades, mas não para convocar uma greve. Face a esta impossibilidade, os sindicatos decidiram promover reuniões nas escolas e o ministro Nuno Crato decidiu interditar-lhes o acesso, exceto aos eleitos para a realização e vigilância da prova. "Qualquer impedimento da realização de reuniões sindicais nas escolas da PACC é ilegal e suscetível de procedimento disciplinar", argumentou a Plataforma de Sindicatos da Educação.
A luta continuaria em tribunal e o assunto teria desenvolvimento. Em 1 de outubro, a Plataforma recorre à Provedoria da Justiça, que na resposta põe em causa a exclusão de cerca de oito mil docentes das listas. No acolhimento do Provedor destacam-se a crítica à antecedência de apenas quatro dias com que o MEC anunciou a prova e a confirmação de que no momento da abertura do concurso a norma se mantinha inapta a produzir efeitos jurídicos.
O lado governamental responde que o provedor não faz leis e avança com a realização de uma nova prova em dezembro. E tendo vista negada a pretensão de estabelecimento de serviços mínimos a assegurar pelos professores, o MEC chamou a polícia e voltou a encerrar escolas.
"Absurda e contestada, a PACC de Nuno Crato terá os dias contados", promete a Fenprof. Poucos dias depois, a Plataforma apresentaria queixa contra o Estado português no Tribunal de Justiça Europeu e no Provedor de Justiça Europeu pelo afastamento, por parte do MEC, de cerca de oito mil candidatos aos concursos para contratação pelas escolas.

Municipalização. Embora tenha começado em abril, com um número restrito de concelhos convidados a aderir, foi em julho que o processo ganhou visibilidade, com a divulgação do Programa Aproximar Educação e dos documentos anexos (matriz de responsabilidades e modelo financeiro). O Governo falava em transferência, mas nos contratos interadministrativos lia-se delegação de competências...
A direção do SPN promoveu reuniões com os professores nos concelhos da sua área geográfica envolvidos (Matosinhos, Famalicão, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Maia e Boticas); ouviu diretores, presidentes e membros dos conselhos gerais; solicitou audiências aos responsáveis autárquicos; acompanhou comissões de professores contrários ao processo; apoiou manifestações de descontentamento; denunciou publicamente o caráter sigiloso do processo; convidou reconhecidos especialistas para refletirem sobre o assunto, a que dedicou espaço considerável na revista «SPN-Informação»; enfim, tudo fez para travar a pretensão governamental de alijar responsabilidades, nesta espécie de "presente envenenado" oferecido aos municípios.

FNE (ass)assina CCT. A Federação Nacional da Educação e a Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) assinaram um contrato coletivo de trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo que introduziu matérias gravosas para os docentes, como o aumento significativo da carga letiva, a adaptabilidade, o banco de horas e o congelamento da carreira. O acordo, que não pode ser aplicado aos sócios dos sindicatos da Fenprof, levou os docentes do setor a iniciativas variadas, nomeadamente reuniões em colégios, plenários, tomadas de posição individuais e coletivas junto das direções de vários colégios privados…
Em termos jurídicos, o SPN interveio junto da Inspeção Geral de Educação e da ACT, levando a ações inspetivas em colégios, que resultaram na condenação de algumas direções por matérias que foram alvo das denúncias.
Consequência do acompanhamento das questões do EPC, o SPN viu aumentado o número de associados e reforçada a sua posição neste setor tão difícil, tendo em conta a pressão exercida diariamente junto dos docentes.

Novo ano letivo. Setembro abriu com uma iniciativa do SPN junto dos centros de emprego, uma vez que no dia 1 milhares de docentes encontravam-se em situação de desemprego. E nos dias 2 e 3 decorreram as Jornadas Sindicais, onde se refletiu e debateu sobre a municipalização, o papel dos exames na avaliação dos alunos, o Tratado Transatlântico e a nova Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas.
Mas a abertura do ano letivo ficaria marcada pela confusão nos concursos e na consequente colocação de professores, com situações sem fundamento legal e outras que indiciavam uma tremenda incompetência. Nos dias após a divulgação das listas de colocação, o SPN (atendimento e contencioso) não parou de receber queixas dos associados e de instruir recursos, quer administrativos, quer jurídicos, tal a quantidade de erros identificados.
A comunicação social fez eco das preocupações dos professores, que protestaram junto da Assembleia da República e à porta do MEC, exigindo a demissão de Nuno Crato – que fez orelhas moucas, pediu desculpa e prometeu: "Os professores colocados mantêm-se, os alunos não serão prejudicados." Contudo, um mês depois, os professores não se mantiveram e os alunos continuavam sem aulas…

Parabéns SPN! O 32º aniversário do sindicato foi comemorado no Porto com um debate sobre "Os partidos, os sindicatos e os movimentos na construção de alternativas", que contou com a presença de Florival Lança (antigo dirigente da CGTP) e Sandra Monteiro (Le Monde Diplomatique) e ao qual se seguiu um almoço de confraternização.
Em Bragança, a direção distrital do SPN promoveu uma tertúlia sobre a dimensão profissional e ética da docência – "Ser Professor, Viver e Construir a Profissão". O desgaste da imagem social dos professores, a necessidade de respeitar e valorizar a profissão, os episódios de indisciplina nas escolas e de violência contra os professores foram alguns dos temas abordados.

Ação solidária. Fazendo jus à sua forma de estar e intervir, outras preocupações marcaram a ação do SPN em 2014: situação das mulheres, defesa da água, solidariedade internacional (Gaza e Palestina), entre outras.
Por outro lado, o SPN manteve a cooperação com organizações sindicais de professores dos países lusófonos, nomeadamente o SIPROFIS (Santiago, Cabo Verde) e o Sindicato Provincial de Professores de Benguela (Angola), do qual acolheu uma delegação.

Relatório de atividades e contas do SPN

PARECER FAVORÁVEL DO CFJ

"O Conselho Fiscal e de Jurisdição do Sindicato dos Professores do Norte reuniu, no dia 7 de abril de 2015, para apreciar o projeto de Relatório de Atividades e Contas relativo a 2014.

Tendo por base os documentos apresentados pela Direção relativos ao relatório de atividades e contas, o Conselho Fiscal e de Jurisdição considera que 2014 foi mais um ano difícil para os portugueses em geral e particularmente para os docentes e investigadores, com a manutenção dos cortes nos salários e nas pensões, o agravamento do desemprego e da precariedade e novos cortes no financiamento da educação.

Esse quadro justifica a forte ação sindical desenvolvida durante o ano nos planos regional e nacional, no âmbito da Fenprof e da CGTP. Entre as atividades que foram acontecendo, são de salientar:

- as iniciativas comemorativas dos 40 anos do 25 de Abril, uma oportunidade para confrontar os valores de Abril com o caminho de retrocesso social que o país está a seguir, nomeadamente no que ao direito à educação diz respeito;
- a luta contra a PACC e contra a municipalização da educação, que assumiram grande relevo em 2014, tendo a municipalização levado à realização de diversas reuniões nos concelhos da nossa área geográfica envolvidos no projeto, algumas com a participação massiva dos professores;
- a participação na 4ª Conferência Nacional do 1ºCEB, com todo o trabalho preparatório de discussão dos documentos com os docentes do setor;
- a ação junto dos professores e das escolas, procurando responder aos seus problemas, como os que marcaram o início do ano letivo 2014/2015, período particularmente conturbado devido aos erros nos concursos de professores, que causaram uma enorme instabilidade.
- pela relevância que tem para a vida interna do sindicato, destaca-se ainda a eleição dos Corpos Gerentes para o triénio 2014-2017.

Relativamente às contas de 2014, o CFJ congratula-se com a execução orçamental, registando com agrado o acompanhamento cuidado da sua concretização, daí resultando uma situação financeira sustentável.

O CFJ regista o desvio relativo ao estimado e ao realizado, assim como a suborçamentação de algumas rubricas, como a da organização, situação que deverá ser evitada no futuro, embora reconheça a dificuldade de lidar com as muitas incertezas existentes à data da elaboração do orçamento e com as fortes condicionantes económicas que na altura se perspetivavam e que acabaram por ser atenuadas por decisões posteriores do Tribunal Constitucional, com impacto no aumento da receita de quotização.

Finalmente, o CFJ congratula-se pelo facto de a folga orçamental face ao inicialmente estimado ter permitido um maior investimento na formação sindical (de grande relevância para a formação de quadros), assim como a realização de obras na sede do sindicato, que melhoraram as condições de trabalho dos advogados e consequentemente o atendimento jurídico aos sócios.

Perante o exposto, o CFJ recomenda à Assembleia-Geral do SPN a aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2014."

SPN/BRAGANÇA NO REINO MARAVILHOSO

Este ano, o SPN/Bragança foi para fora cá dentro, na sua já tradicional escapadinha da Páscoa – mais concretamente, os participantes fizeram a Rota dos Escritores do Douro e Trás-os-Montes.

Primeira etapa, de Bragança à Régua, com passagem no monumento evocativo de João Araújo Correia, onde foram lidos poemas deste médico-escritor duriense. Depois, comboio até Caldas de Aregos, em Baião, e daí, caminho de Jacinto acima e autocarro até à Fundação Eça de Queirós. No cenário de «A Cidade e as Serras», leituras alusivas e um almoço bem queirosiano: arroz de favas com frango alourado e leite-creme.

Partida para Amarante: jardins da casa de Teixeira de Pascoaes, com evocação da sua obra literária, e visita às fontes da Carranca e dos Murmúrios e ao Jardim do Buxo. Continuação para Vila Real e reencontro com João Araújo Correia, personificado por um ator, num jantar literário que surpreendeu todos – muitos desconheciam este João Semana transmontano.

No segundo dia, passagem pela Casa das Brocas, onde Camilo Castelo Branco viveu algum tempo, visita ao Grémio Literário Vila-Realense, onde o escritor Pires Cabral falou do trabalho que desenvolvem com escritores contemporâneos da região. Continuação para Vilarinho da Samardã, com passagem pela casa onde Camilo viveu e, pois claro: lombo de porco no borralho e milhos.

Em S. Martinho de Anta, visita ao Espaço Miguel Torga, do arquiteto Souto de Moura, e percurso por locais emblemáticos do "Reino Maravilhoso" de Torga: casa onde nasceu, azália, negrilho, Nossa Senhora da Azinheira e cemitério, com a leitura dos respetivos poemas. E a dupla jornada não poderia ter melhor epílogo: a paisagem deslumbrante do Douro e dos seus vinhedos, contemplados do miradouro de São Leonardo de Galafura, e a leitura coletiva do poema. Emocionante!

De regresso às origens, a convicção de que há muitos locais nas nossas terras merecedores de uma visita.

CEFOSPN PROMOVE FORMAÇÃO

Dando cumprimento ao Plano de Atividades 2015 do Sindicato dos Professores do Norte, no que concerne à revitalização do Departamento de Formação, o Centro de Formação do SPN (CEFOSPN) tem inscrições abertas para um conjunto de ações de formação contínua acreditadas pelo CCFCP.

Reafirmando a firme convicção do SPN de que a formação é um direito e não um negócio, estas formações são disponibilizadas gratuitamente aos sócios do SPN.

O período previsto para o início das referidas ações procura que esta fase de revitalização do CEFOSPN decorra preferencialmente entre maio e setembro – temas, destinatários, créditos por acção e demais informações podem ser consultadas em ?????.

[direito aos direitos]

GOLDEN AGE

I believe that we, that this planet, hasn't seen its Golden Age. Everybody says it's finished... Art's finished, rock and roll is dead, God is dead. Fuck that! This is my chance in the world. I didn't live back there in Mesopotamia, I wasn't there in the Garden of Eden, I wasn't there with Emperor Han, I'm right here right now and I want now to be the Golden Age ...if only each generation would realise that the time for greatness is right now when they're alive ... the time to flower is now.

Patti Smith

Em meados de 2014, o Ministério da Educação e Ciência deliberou a extinção de várias escolas. Essa deliberação foi tomada e concretizada sob a designação de 'reordenamento da rede escolar'. Os critérios então definidos foram, como sempre têm sido nos anos que a memória permite afiançar, de natureza essencialmente económica, produto de um cálculo aritmético que não podemos de todo desprezar, mas no qual não podemos concentrar a essência das decisões a tomar no âmbito da Educação.

Quase um ano decorrido importava fazer o balanço real e concretizar respostas a questões simples. Qual o efeito dos mega-agrupamentos na propalada melhoria da gestão dos recursos humanos? Quais os reais efeitos de tal deliberação nos resultados escolares? Existirá alguma relação direta entre esta medida (entre outras) e os fenómenos crescentes de indisciplina e verdadeira violência a que temos o infortúnio de assistir?

Não creio que possamos lograr respostas sérias a estas questões. Uma vez cumprido o principal propósito ministerial de redução de meios, as consequências são geridas com retórica repetida e, na maioria das vezes, sem contacto com a realidade.

Cerca de um ano volvido, novas alterações decisivas vão sendo introduzidas como se de banalidades se tratasse. Refiro-me ao avanço da municipalização da Educação, ou, para usarmos com rigor a terminologia oficial, a concretização do programa Aproximar a Educação. Assim posto é mais uma inviabilidade e unânime na sua bondade. Quem pode afirmar não querer uma Educação mais próxima, mais autónoma ou adequada às realidades sociais, económicas e culturais de educandos, famílias e educadores? O problema, que se repete, está na discrepância entre a terminologia dos preâmbulos e a concretização dos mesmos. Escudado no argumento formal de auscultação das escolas, através dos conselhos gerais, o PAE avança, em versão piloto que já nos habituamos a rapidamente generalizar. Começo por me referir às audições dos conselhos gerais pela sua especial e preocupante irrelevância. Como sabemos, muitos são os municípios em que esses órgãos se têm pronunciado em sentido desfavorável, sem que isso impeça minimamente o PAE de avançar.

Atenção redobrada. Os contratos interadministrativos de delegação de competências são conhecidos e a sua formulação não podia estar mais distante das preocupações com a qualidade do sistema educativo. As preocupações legais que decorrem destes contratos não são suscetíveis de elencar neste espaço. Farei apenas duas referências breves a duas cláusulas, deixando quaisquer ilações à consideração de quem lê:

"O pessoal docente com vínculo ao MEC que presta serviço docente nos AE/E mantém o vínculo ao MEC, preservando os direitos previstos na legislação aplicável. O Município articula com os AE/E para que estes procedam, nos termos da legislação aplicável, à afetação entre si dos recursos docentes disponíveis."

O vínculo jurídico mantém-se, mas o que sucederá ao poder de direção? Por outro lado: "Conforme o previsto na legislação em vigor é admitida a possibilidade de contratação de base local pelo Município, para necessidades de formação específicas da sua iniciativa."

Depois da passagem e contratação de funcionários para os municípios, seguem-se os docentes. A extensão dos contratos em causa, a sua natureza e complexidade não cabem neste espaço, ao mesmo tempo que são merecedores de um estudo e tratamento jurídico mais minucioso e alargado, mas, a título de exemplo, as duas cláusulas transcritas servem bem para espelhar a minha pessoal renitência à forma e conteúdo deste processo.

José Miguel Pinho
Advogado SPN

Para que dúvidas de interesses não restem, sou adepto de verdadeiros regimes de autonomia, não da dissonância entre o que se anuncia e o que se concretiza a esse propósito. Uma vez mais me preocupa a leviandade, os verdadeiros objetivos e a falta de estudo das reais implicações que um passo desta natureza irá seguramente implicar. Acrescem a incerteza e a insegurança jurídicas, inaceitáveis num verdadeiro Estado de Direito, ao qual apenas se deve exigir o estrito cumprimento da Lei e o respeito pelas legais e justas expectativas dos seus trabalhadores em funções públicas.
Este é um tema premente, que exige a mobilização de todos os que se preocupam com a Educação, o funcionamento do Estado e, em última instância, para usar argumento tão caro à governação, o destino dos nossos violentos contributos fiscais. É hoje que se trilham estas opções, no nosso tempo. Façamos do nosso contributo uma pequena parcela de uma verdadeira "golden age", sem inevitabilidades, com responsabilidade e plena consciência de que as decisões de hoje são consequentes amanhã.

Desconto por greve. Não posso terminar este espaço sem antes repetir uma matéria recorrente – infelizmente recorrente: após a legal realização de uma greve convocada ao serviço do PET, constatamos existirem agrupamentos que descontaram um dia de remuneração aos docentes que realizaram a referida greve.
Estamos perante uma greve regularmente convocada a uma tarefa em concreto, não a um dia – este simples facto, por si só, faria entender à mente mais distraída que o desconto por realização da greve apenas pode corresponder, no limite, à duração da tarefa respetiva. Antecipando o argumento utilizado por muitos, de que existiriam docentes que nesse dia apenas tinham a vigilância do referido exame, convém salientar que o mesmo é falso. Desde logo o horário dos professores contempla uma componente individual de trabalho cuja organização é da sua exclusiva responsabilidade. Ademais, aos professores, como a qualquer outro trabalhador, não é o trabalho efetivamente prestado ou "ordenado" que é remunerado, mas antes a sua disponibilidade para prestar trabalho. Estando um docente disponível para trabalhar sete horas diárias – não se trata de qualquer lapso, mas apenas de um assunto que abordaremos num futuro próximo sobre o período normal de trabalho dos docentes –, fazendo greve a uma tarefa que não ocupou essas sete horas, é evidente que o desconto salarial apenas poderá ser o correspondente. Curiosamente, o próprio Ministério da Educação concorda com este entendimento, como resulta evidente da informação transmitida às escolas e que pode ser acedida em http://www.spn.pt/grevetarefa.
Ao contencioso do Sindicato dos Professores do Norte compete, como sempre temos feito, assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos nossos associados, cujas escolas violem a lei e descontem indevidamente um dia de remuneração com o fundamento e como consequência de uma greve que apenas abrange o período de duração da realização dessa tarefa. Nesse sentido, qualquer docente confrontado com esta situação deve procurar os nossos serviços jurídicos e de apoio a sócios, pois se é certo que todos os direitos fundamentais consagrados na Constituição merecem igual dignidade, é igualmente certo que há defesas que se impõem com ânimo redobrado.

DOIS MILHÕES DE ASSINATURAS CONTRA O TTIP

A Iniciativa Cidadã Europeia "Stop TTIP" acaba de atingir o número recorde de dois milhões de assinaturas alguns dias antes da votação sobre o TTIP no Parlamento Europeu. Com estes dois milhões de assinaturas, esta é a mais alargada iniciativa cidadã europeia (ECI) desde a institucionalização deste instrumento em 2012. Para que uma ECI tenha sucesso, metade daquele número seria suficiente. Além disso, a "Stop TTIP" já recolheu o número mínimo de assinaturas em 14 Estados-membros e duplicou o número necessário para obter uma resposta oficial por parte da Comissão Europeia e para uma audição no Parlamento Europeu.
No dia 10 de junho de 2015, o Parlamento Europeu votará uma resolução sobre o TTIP. Michael Efler, membro da Comissão de Cidadãos "Stop TTIP" comentou: "Dois milhões de pessoas exigem o fim das negociações sobre o TTIP. Os membros do Parlamento Europeu deverão ter isto em mente quando votarem. A resolução assume uma posição de fraqueza na medida em que acolhe o ISDS no seio do TTIP. Isto permitirá às corporações processar os estados em tribunais privados com base em qualquer ação que interfira com os investimentos ou reduza as suas expectativas de lucro, prática que ameaça o princípio do estado de direito e os princípios democráticos.
Nós exigimos ao Parlamento Europeu que rejeite o TTIP por representar uma ameaça à nossa democracia tal como aos padrões dos direitos laborais, ao ambiente e à saúde pública. No mínimo, o Parlamento Europeu deve tomar posição clara contra o ISDS. Todas as reformas do ISDS propostas pela Comissão Europeia e pelos Sociais-Democratas Europeus são manifestamente insuficientes. Permanece o problema de que o ISDS constitui um sistema de justiça paralelo para os investidores que é desnecessário, perigoso para a democracia e que se provou ser extremamente caro para o bolso dos contribuintes. Se não for aprovada uma clara resolução contra o ISDS na votação, melhor seria que o Parlamento Europeu rejeitasse o TTIP em bloco."
A Plataforma "Stop TTIP" é apoiada por uma aliança de mais de 470 organizações da sociedade civil – associações de consumidores, grupos ambientais e sindicatos – por toda a Europa. A recolha de assinaturas irá continuar até 6 de outubro para potenciar a pressão política.
A maior ECI até agora foi a "Água é um direito humano" (2013) e a "One of Us" (2013) com 1,8 milhões de assinaturas, cada. A Comissão Europeia rejeitou a ECI "Stop TTIP" no outono passado como sendo uma ECI oficial. A Plataforma está atualmente a contestar essa decisão junto do Tribunal Europeu de Justiça. Entretanto, está a levar a cabo esta nova recolha de assinaturas para uma ECI auto-organizada.
Assim, se partilhas a visão de um Mundo livre das mãos da corporatocracia e dos seus tratados que atentam contra os ideais democráticos e o bem-estar mundial, convidamos-te a juntar a tua voz *(http://www.nao-ao-ttip.pt)* aos mais de dois milhões de cidadãos europeus que já subscreveram esta Iniciativa de Cidadania Europeia.

SIM À PAZ, NÃO À NATO

"É a guerra aquele monstro que se sustenta de fazendas, de sangue, das vidas, e quanto mais come e consome, tanto menos se farta. É a guerra aquela tempestade terrestre que leva os campos, as casas, as vilas, os castelos, as cidades, e talvez em um momento sorve os reinos e monarquias inteiras. É a guerra aquela calamidade composta de todas as calamidades, em que não há mal algum que, ou se não padeça, ou se não tema; nem bem que seja próprio e seguro."

Padre António Vieira, 1608 -1697

A NATO [Organização do Tratado do Atlântico Norte] anunciou a realização em Portugal e Espanha, com o apoio da Itália, dos maiores exercícios militares das últimas décadas, que irão ocorrer entre 28 de setembro e 6 de novembro e em que se prevê a participação de mais de 30.000 efetivos. Batizados como Trident Juncture, aparentemente em referência aos três "inimigos do Ocidente" (Rússia, Irão e China), estes exercícios obrigarão à maior movimentação de tropas na Europa desde o desembarque da Normandia.

Num momento em que se multiplicam situações de tensão, de conflito e de guerra (inclusive na Europa), e em que aumentam a insegurança e a instabilidade internacionais, estes exercícios, envolvendo território e militares portugueses, não podem deixar de causar séria preocupação e de merecer o mais expressivo repúdio, tanto mais que a Constituição da República Portuguesa "preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos" [Artigo 7º - Relações Internacionais]

O "combate" ao terrorismo e a procura de "segurança" não justificam a existência da NATO. Com efeito, esta organização militar não só não tem favorecido a paz, como tem originado cada vez mais instabilidade e mesmo situações de guerra, para as quais não se vislumbra o fim. Podemos ter falta de informação, porque nas guerras a sua gestão é "cuidadosa" e as nossas televisões só mostram o que convém. Não nos mostram os bombardeamentos da NATO, que sabemos foram milhares, nem a destruição e morte que provocaram. Mas não somos ingénuos… Se nos países em situação de conflito e de guerra aberta não houvesse petróleo, gás natural ou lítio, e se produzissem rabanetes, a vontade e a disponibilidade para intervir seriam as mesmas?

Escolher o melhor. Vale a pena lembrar José Saramago, numa em Madrid, no dia 16 de março de 2003: "Não se trata simplesmente de dizer Não à guerra!, mas de lutar todos os dias e em todas as instâncias para que a paz seja uma realidade, para que deixe de ser manipulada como um elemento de chantagem emocional e sentimental com que se pretende justificar guerras. Sem paz, sem uma paz autêntica, justa e respeitosa, não haverá direitos humanos. E sem direitos humanos – todos eles, um por um – a democracia nunca será mais do que um sarcasmo, uma ofensa à razão, uma despudorada mentira. Nós, que aqui estamos, somos uma parte da nova potência mundial. Assumimos as nossas responsabilidades. Vamos lutar com o cérebro e o coração, com a vontade e o sonho. Sabemos que os seres humanos são capazes do melhor e do pior. Eles (não é necessário dizer agora os seus nomes) escolheram o pior. Nós escolhemos o melhor."

Porque escolhemos o melhor, repudiamos a realização dos exercícios militares da NATO e rejeitamos a participação das forças portuguesas em agressões militares a outros povos.

Porque escolhemos o melhor, reclamamos a dissolução da NATO, o fim das armas nucleares e de extermínio em massa, bem como o fim das bases militares estrangeiras e o desarmamento geral e controlado.

Porque escolhemos o melhor, reclamamos das autoridades portuguesas o cumprimento das determinações da Constituição da República e da Carta das Nações Unidas, em respeito pelo Direito internacional, pela soberania dos Estados e pela igualdade de direitos dos povos.

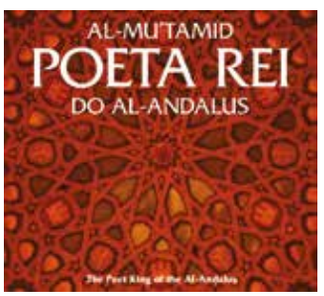
Henrique Borges
Direção SPN

AMIGOS PRESTAM TRIBUTO

«Educação, História e Políticas» é um livro que pretende assinalar o 5º aniversário da morte de Rogério Fernands, reconhecido historiador da Educação, investigador e militante, homem de afetos e de palavra e sorriso amáveis. Sendo um livro-tributo, reúne diferentes autores portugueses, brasileiros e espanhóis: Rogério Fernandes nasceu em Lisboa, em 1933. Frequentou a Faculdade de Letras e foi assistente de Filosofia entre 1957-60. Foi diretor da Seara Nova entre 1960-65 e chefe de redação n'A Capital. Convidado por Vitorino Magalhães Godinho, assumiu o cargo de Diretor Geral de Ensino Básico (1974), tendo procedido à reforma do plano de estudos para as escolas do Magistério Primário. Deve-se-lhe a criação e o equipamento de bibliotecas escolares, a introdução de novos manuais e a modificação dos tempos escolares – alterações que propiciaram a introdução de um trabalho pedagógico inovador no ensino primário. Determinou, ainda, o rastreio das crianças com deficiência e promoveu a sua integração nas classes normais.

Em 2002 recebeu a Grã Cruz da Ordem da Instrução, e jubilou-se em 2003, por limite de idade. A morte surpreendeu-o no último projeto a que se dedicava – a história do sindicalismo docente.

PORTUGAL, ESPANHA E MARROCOS CANTAM AL-ANDALUS



Atualizando o sentido das palavras de Al-Mu'tamid, um conjunto de músicos e intérpretes cantam os seus poemas nas três línguas dos países herdeiros do legado andaluz: Filipe Raposo, Janita Salomé e Quiné Teles (Portugal), Eduardo Paniagua e Cezar Carazo (Espanha), El Arabi Serghini e Jamal Ben Allal (Marrocos).

Considerado o mais brilhante poeta do Al-Andalus, no século XI, Al-Mu'tamid Ibn Abbâd nasceu em Beja, em 1040. Foi príncipe regente em Silves e Rei da Taifa de Sevilha entre 1069 e 1090. Destronado em 1091 pela dinastia Almorávida, que passou a controlar todo o sul da Península Ibérica, foi primeiro exilado em Tânger e depois levado para Aghmat, Marrocos, onde passou os últimos anos da sua vida, preso e desterrado, acabando por falecer na miséria em 1095.

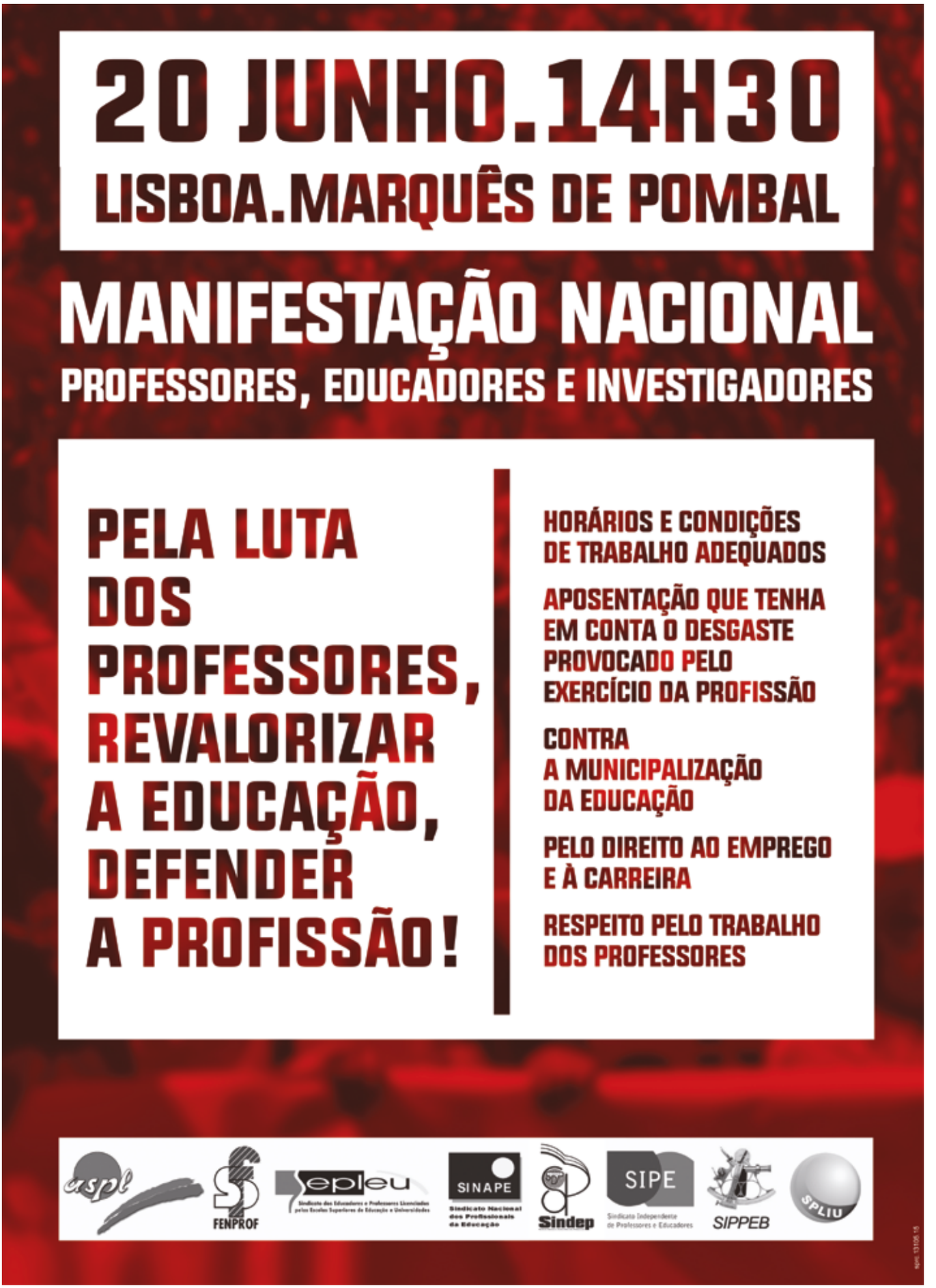
O disco resulta de um projeto artístico mais vasto, que incluiu um concerto encenado, em janeiro de 2014, e a realização de um documentário. A ideia foi de Carlos Gomes, realizador e arquitecto, que convidou Filipe Raposo para assumir a direcção musical do projeto. Posteriormente, os músicos foram convidados a compor músicas originais a partir de poemas de Al-Mu'tamid, cantados em cada uma das línguas.

50 SOMBRAS NO COLISEU DO PORTO

Um dia, num clube de leitura, uma mulher provoca as restantes para uma leitura de que toda a gente fala, mas ninguém admite saber o que é. A proposta 'indecente' é a trilogia de E.L. James, «As 50 Sombras de Grey». O que acharão da obra aquelas típicas mães de família, donas de casa deprimidas com a monotonia da vida? Que cenas as interessarão mais? Que conversas resultarão da leitura?

É este o ponto de partida para 50 Sombras: Uma Comédia Musical, que nos dias 3 e 4 de julho sobe ao palco do Coliseu do Porto. A versão portuguesa foi adaptada pelo ator Miguel Dias e tem encenação de António Pires, direção musical de Artur Guimarães e coreografia de Paula Careto. No palco, desdobram-se Catarina Guerreiro, Marta Andrino, Rita Cruz, Sissi Martins e Pedro Pernas e Ruben Madureira, além dos bailarinos Angela Eckart e Filipe Rico, que condimentam as cenas. Há ainda uma banda a tocar ao vivo.

Desengane-se quem pensar ir ver jogos sexuais embaraçosos. Não há. "Esta é uma paródia ao livro e tem como missão fazer rir", explica António Pires. E quem já viu confirma.


20 JUNHO.14H30
LISBOA.MARQUÊS DE POMBAL
MANIFESTAÇÃO NACIONAL
PROFESSORES, EDUCADORES E INVESTIGADORES
PELA LUTA DOS PROFESSORES, REVALORIZAR A EDUCAÇÃO, DEFENDER A PROFISSÃO!
HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO ADEQUADOS
APOSENTAÇÃO QUE TENHA EM CONTA O DESGASTE PROVOCADO PELO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO
CONTRA A MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PELO DIREITO AO EMPREGO E À CARREIRA
RESPEITO PELO TRABALHO DOS PROFESSORES
aspl
FENPROF
epleu
SINAPE
Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação
Sindep
SIPE
Sindicato Independente de Professores e Educadores
SIPPEB
SPLIU

TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 119214
ctt correios

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO
DE018220150E
PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL

spn informação

DIRETORA MANUELA MENDONÇA

ano XXIX · II série · nº 67
junho 2015 · 2 euros
spninfo@spn.pt

nesta edição

a abrir
02. Solidariedade com o Mediterrâneo!

editorial
03. Junho, mês de luta(s)

ação sindical
05. Reverter a situação pela força dos professores
06. O SPN e a municipalização
07. Municipalização? 'Tá visto que não!
08. Mais do que nunca, sob o signo da injustiça
10. PET for schools: razões de uma luta
12. Mobilidade por doença: novo despacho, velhos problemas

do superior
13. SPN reuniu com IPP

vemos, ouvimos e lemos
14. Com o rigor me enganas

notícias spn
18. Sindicalismo, pilar da democracia
20. Professores do Norte no 1º de Maio
Sala Adriano Teixeira de Sousa
21. Sócios do SPN aprovaram relatório e contas
24. Parecer favorável do CFJ
25. SPN/Bragança no Reino Maravilhoso

contencioso
26. Golden Age

internacional
28. Dois milhões de assinaturas contra o TTIP
29. Sim à paz, não à NATO

apostas spn
30. Amigos prestam tributo
Portugal, Espanha e Marrocos cantam Al-Andalus
50 Sombras no Coliseu do Porto

Sindicato dos Professores do Norte
R. D. Manuel II, 51 C – 3º · 4050-345 Porto